

# TESE SOBRE EDUCAÇÃO DO COLETIVO PÃO E ROSAS PARA O 34º CONSINASEFE (2022)

## I. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: FINANCIAMENTO, REESTRUTURAÇÃO, IDEOLOGIA E A POLITECNIA EM DISPUTA

1 O Brasil é um país de capitalismo dependente e associado, enraizado numa matriz colonial-escravocrata, desenvolvido com base numa autocracia burguesa (com transições políticas que se deram de cima para baixo) e com um sistema educacional público tardio, frágil e desintegrado. As questões educacionais não resolvidas no passado permanecem um enorme desafio para a classe trabalhadora e para nossa democratização. A miséria educacional na qual nós encontramos - um modelo sempre dependente e subordinado à divisão internacional do trabalho no mundo globalizado - é fruto de um histórico de políticas educacionais excludentes vinculadas ao modo de produção capitalista dependente no país. É o que Maria Ciavatta denomina por "meia educação", no qual o dualismo estrutural tem sido marca decisiva (uma formação rebaixada para os filhos da classe trabalhadora). Como é sabido, o Brasil constitui um enorme mercado para a reprodução dos capitais educacionais de grandes corporações transnacionais e interesses privados.

2 Em face disto, defendemos políticas públicas que destinem o investimento orçamentário, exclusivamente, para a educação pública, e não o incentivo dos interesses mercadológicos. Desde o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 a educação pública vem sofrendo inúmeros ataques do neoliberalismo extremo que tomou conta do governo brasileiro. A Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos) agravou o histórico subfinanciamento da educação pública, promovendo um desinvestimento na educação, assim como em todas as políticas sociais no país, ao mesmo tempo em que ampliou o repasse de recursos públicos para o setor privado/financeiro, cabe lembrar que Elizabeth Guedes - irmã de Paulo Guedes, Ministro da Economia e “braço direito” de Bolsonaro, é a presidente da Associação Nacional de Universidades Particulares.

3 Este desinvestimento/subfinanciamento está expresso no Orçamento da União. Conforme os dados oficiais (da Câmara e do Ministério do Planejamento) compilados pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, a série histórica do Orçamento Geral da União executado para a educação entre os anos de 2017 e 2021 foi de: 4,10% (2017); 3,62% (2018); 3,48% (2019); 2,49% (2020 e 2021). Este é um traço importante da educação pública brasileira: após o golpe há o descomprometimento do investimento público na educação através de subterfúgios que levam - na prática - à quebra da vinculação de recursos educacionais. No mesmo período, para a ciência e tecnologia destinaram-se: 0,25% (2017); 0,24% (2018); 0,23% (2019), 0,17% (2020) e 0,12% (2021). Em contrapartida,

somente no governo Bolsonaro os gastos com juros e amortizações do sistema da dívida pública quase dobraram: 38,27% (2019); 39,08% (2020) e 50,21% (2021). Importa notar que, em pleno 2022, a educação no Brasil ainda não se constitui como direito universal: não há vagas para todas e todos! Em especial no que tange a educação infantil (a população de 0 a 3 anos não está incluída na educação básica e obrigatória), atingindo de forma grave as condições de vida e o trabalho reprodutivo das mulheres, em especial as pretas e pobres.

4 No que diz respeito à relação entre os gastos públicos com educação em relação ao PIB, critério inconstante e que cremos ser insuficiente, mas parâmetro da verborragia liberal sobre educação pública, segundo o relatório do INEP “Panorama da Educação de 2021: destaques do Education at a Glance 2021 (OCDE)”, que toma como referência os indicadores educacionais de 2019 (primeiro ano do governo Bolsonaro e antes mesmo da pandemia), a média de investimentos em educação dos países membros (a maioria do centro capitalista) e parceiros (países emergentes) da OCDE foi de 11%. Nesse período, o percentual comparado do investimento público total em educação do Brasil (incluindo todas as etapas, níveis e modalidades de educação; despesas com pessoal ativo e seus encargos sociais; assistência e financiamento estudantil; pesquisa, C&T e desenvolvimento; transferências ao setor privado, outras despesas correntes e de capital, além da estimativa para o complemento da aposentadoria futura do pessoal que está na ativa) em relação ao PIB dos países da OCDE foi de 14%. Porém, considerando apenas o orçamento nacional, permanecemos abaixo dos 5% (apesar das demandas de capital e custeio geradas pela pandemia) e, não havendo reversão da política de cortes, seguimos a tendência de permanente queda, o que continuará a produzir uma educação à toque de caixa para as filhas e filhos da classe trabalhadora no Brasil, afetando o precário funcionamento das instituições educacionais em todas as esferas e promovendo uma qualificação desqualificante, o que inclui a rede federal de ensino.

5 A eleição de Bolsonaro e a política de austeridade de Paulo Guedes intensificaram as desigualdades sociais e os lucros dos super ricos, impondo aos serviços públicos duríssimos cortes orçamentários que ameaçam gravemente, entre outros setores, a educação pública e, conseqüentemente, a Rede Federal de Ensino. A precarização dos serviços públicos por meio da política de cortes no orçamento, pela estreita relação público-privada que amplia a interferência de “OS - Organizações Sociais”, fundações do sistema financeiro e conglomerados de educação privada (como a Kroton Educacional), , confluem para a mercantilização da educação, que tende a entregar os recursos públicos para a iniciativa privada. Tal precarização combinada às contrarreformas educacionais, reforçam a lógica utilitarista do capital, que propagandeia direitos

como gastos e não como investimento humano para a redução do abismo social que constitui a história econômica e social brasileira.

6 Se, por um lado, o capital financeiro utiliza da receita educacional como forma de assaltar o fundo público para dar consequência à reprodução ampliada do capital; por outro, aponta para contrarreformas educacionais as quais aprofundam a submissão da educação pública (e do aparato de produção científica) ao mercado. Concomitantemente, busca conformar a subjetividade da classe trabalhadora aos ditames do capital financeiros; reproduz condições precárias de trabalho na escola pública, as naturalizando no seio da classe trabalhadora desde tenra idade, seja determinando quais pesquisas são dignas de investimento (pois que interessantes - mais uma vez - aos mesmos interesses do capital financeiro).

7 Estes setores se organizam em instituições que disputam a concepção de escola pública, desde seu financiamento às políticas de gestão, estrutura e organização curricular, dentre elas, o movimento Todos Pela Educação, a Confederação Nacional da Indústria, Fundações Bradesco, Roberto Marinho, Ayrton Senna, Lemann etc. Estes setores são produtores e reprodutores de uma concepção de escola pública utilitarista e subserviente aos interesses das classes dominantes autocráticas brasileiras. Assim, estão tão afinados com o Future-se, com a contrarreforma do Novo Ensino Médio, com o Escola Sem Partido (a bem dizer, escola do partido único) e com a conformação de um Sistema Nacional de Educação pensado, tão somente, como produtor de força de trabalho que atenda às necessidades das empresas dos grupos dominantes, ou mesmo, a preparação para a política do desemprego permanente - que se consolida cada vez mais com o trabalho intermitente e de plataforma, a substituição da mão de obra por inteligência artificial (nos setores privado e público) e com o empreendedorismo (“gourmetização” da informalidade) .

8 Uma nota importante sobre a contrarreforma do Ensino Médio é de que ela traz importante impacto para a rede técnica e tecnológica federal na medida em que se antepõe frontalmente à concepção de educação politécnica que move os nossos institutos. Uma educação pública que possibilite a formação profissional aliada à formação cidadã emancipatória não faz parte da concepção de educação formulada pelas elites autocráticas do capitalismo dependente brasileiro. Portanto, defendemos uma política educacional de integração do ensino técnico ao médio visando não a manutenção de escolas de dia inteiro (dicotomia entre formação integral e geral), mas a construção da politécnia. A manutenção do ensino integrado nos IFs - o que há de mais qualitativo na educação brasileira de nível médio - é um princípio para nós. Somos contrários a qualquer reestruturação da rede rumo ao "novo ensino médio" ou a desescolarização do ensino profissional

presente na reforma do ensino médio. Entendemos que há enorme risco da concomitância intercomplementar e a indução, via Fundeb, para tornar os Institutos Federais instrumentos auxiliares na implementação da Reforma do Ensino Médio, oferecendo apenas a formação profissional, descaracterizando-os institucional, pedagógica e politicamente.

9 Do mesmo modo, o SINASEFE deve estar na linha de frente pela revogação do PNLD e das reformulações presentes na BNCC, reivindicando um PNLD democrático para a educação pública em geral, e um sistema curricular alinhado às especificidades da rede federal de ensino e nossos cursos integrados. Sob nova direção do Estado, o Ministério da Educação (MEC) (a despeito de suas trocas de gestores e de sua instabilidade) tem por foco o gerenciamento/financiamento da educação dentro dos marcos ultraliberais e, do ponto de vista ideológico, aproximar-se da extrema-direita. Há o explícito intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora: uma agenda que pretende impor uma nova face à educação no país com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema-direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico. O viés militarista, autoritário e antidemocrático está no "DNA" desse governo.

10 Além do aprofundamento de um programa de escolas cívico-militares, há uma ofensiva para a regulamentação do homeschooling (ensino doméstico) e da introdução do ensino híbrido, que encontrou na pandemia e no ensino remoto a oportunidade de uma (de)formação minimalista, aligeirada, no marco de novas modalidades de precarização do trabalho docente e voltada para plataformas privadas.

11 Sobre o projeto da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), primeiramente, cabe ressaltar o método de imposição da reforma, à época, via medida provisória (anti-democrático, sem diálogo com a comunidade escolar ou especialistas da área). Alterou a LDB brasileira, bem como descumpriu o PNE. Modificou, inclusive, o Artigo 26 da Lei nº 9396/96 da LDB, que versa sobre componentes curriculares obrigatórios, além dos artigos 26/LDB e 36/LDB, desobrigando o ensino de Artes e Educação Física (restringindo-as ao ensino fundamental apenas), bem como de Sociologia e Filosofia (que na prática passam a ser extintas), respectivamente, dentre outras alterações na LDB e no FUNDEB.

12 Em síntese, o Novo Ensino Médio procura oferecer soluções fáceis para problemas complexos, baseando-se na flexibilização do currículo (proposta de itinerários formativos), diminuição do conteúdo básico formativo e propedêutico e no mito da “livre escolha” das áreas do

conhecimento por parte do estudante, uma vez que não são os alunos que têm autonomia objetiva e subjetiva de “escolher” as áreas de concentração de ensino, ao contrário, ficam à mercê das Secretarias de Educação, que passam a definir as áreas de formação de cada unidade, o que provocará, por exemplo, o deslocamento forçado de estudantes que se interessem por determinadas disciplinas e a diminuição de carga horária de formação comum (apenas matemática, português e inglês serão comuns aos três anos); previsão do chamado notório-saber, que permite prestadores de serviços não licenciados atuarem como professores profissionais nas áreas de formação (medida controversa visando a contratação de docentes não licenciados e sem concurso público, por intermédio de precarização das formas de contratação flexível); intensificação das desigualdades educacionais pela formação precária pública e aligeirada para os filhos das classes trabalhadoras e um preparo privado para o ensino superior para os setores mais abastados; na privatização da escola pública, proposta em consonância com as orientações do Banco Mundial e do FMI, possibilita que empresas privadas captem recursos e fundos públicos, promovendo a concessão da gestão e serviços das escolas públicas às OS (Organizações Sociais, ONGs etc), visando redução de custos com investimento público em educação. A Reforma do Ensino Médio altera, ainda, a formação técnico-profissional no ensino regular e a distribuição da carga horária do ensino médio. Cabe destacar o incentivo da modalidade de Educação a Distância, com a possibilidade de 20% da carga horária diurna ser ofertada via EaD, 30% para os cursos noturnos e 80% para cursos de EJA.

13 A BNCC é o documento normativo voltado à educação escolar que define “aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. Como é sabido, o marco legal está na Constituição Federal de 1988 no que se refere ao direito à educação e à obrigatoriedade do Estado. Já em 1996, a LDB direciona para o ensino voltado para princípios como cidadania e trabalho, assegurando a formação básica comum (mínima) em todo o país. Ao passo que as Diretrizes Curriculares Nacionais, entre 1997 e 2013, destacaram a formação crítica como critério fundamental, tendo em 2014, no Plano Nacional de Educação, a meta de universalização da educação básica. Todavia, os fundamentos pedagógicos da BNCC, especialmente do Ensino Médio, focam no desenvolvimento de competências e o que se denomina por “educação integral”, em verdade, reduz-se à educação em tempo integral. A noção de competências se baseia nas noções de saber (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e saber-fazer (o aluno é estimulado a resolver demandas cotidianas), ao passo que a concepção de habilidades contempla as chamadas habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais. Em verdade, trata-se da pedagogia por resultados: preparar o aluno para situações estritas e pragmáticas,

adaptado às incertezas das novas situações de um mercado em constantes mudanças e instabilidade. Importante lembrar que alguns dos pilares da Reforma do Ensino Médio são justamente a noção de competência, de desenvolvimento pessoal (uma espécie de coaching educacional) e de preparo para atividade profissional. Na prática a nova BNCC corresponde a viabilização curricular para a Reforma do Ensino Médio.

14 Alguns docentes se perguntam: quais os impactos para a rede federal de educação básica, profissional e tecnológica? E para a formação de EJA? Não se desmonta o trabalho e sua legislação social protetora sem um ajuste de novo tipo na formação para os trabalhadores. É nesse contexto que se encontram as reformas educacionais em curso, as quais pretendem formatar a formação educacional para novas condições de trabalho hiper-precarizado, e no caso da BNCC/PNLD, com foco nas competências socioemocionais. A Reforma do Ensino Médio é simultaneamente uma reforma do ensino médio regular (as 1800 horas de educação básica com base na BNCC) e reforma do ensino profissional (até 1.200 horas com base no 5º itinerário formativo), o qual pode ser abatido pelo cômputo de carga horária em cursos diversos de qualificação, estágio supervisionado, experiência profissional ou certificação de atividades não-escolares, representando, de tal modo, a desescolarização da educação profissional. Para a rede federal, a nosso juízo, será a criação de um modelo único de oferta de ensino profissional. Sem contar a previsão de 20% do ensino poder ser ofertado na modalidade EaD no ensino diurno, 30% no noturno e 80% na EJA.

15 O PNLD consiste em um programa nacional para preparo e difusão de material didático, pedagógico e literário para as escolas públicas de educação básica, em todos seus segmentos: educação infantil, ensino fundamental (dos anos iniciais aos anos finais) e ensino médio. Em nossa compreensão, faz-se necessário articular o PNLD com a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, uma vez que o PNLD é a integração na prática dessas políticas educacionais. Entendemos o PNLD como uma política estruturante no contexto de um projeto de desmonte da educação pública. Quais as mudanças do PNLD-2021 no tocante ao Ensino Médio? A proposta do governo federal para o PNLD 2021 é diluir o conhecimento escolar pelas chamadas “habilidades e competências” de mercado, reorganizando a lógica do currículo por áreas que, apesar de se denominar integrador, destitui qualquer concepção pedagógica interdisciplinar autêntica. A ênfase está em livros de projetos que substituem componentes curriculares, ancorados em projetos integradores e projetos de vida reduzidos às competências da BNCC, cujas áreas do conhecimento, adequadas ao novo ensino médio, substituem as disciplinas específicas.

16 O ano de 2021 foi o ano de execução do PNLD para o Ensino Médio em sua primeira fase: escolha dos projetos integradores e projetos de vida. Dito de outro modo, a fase lamentavelmente denominada por “produto 1”, correspondeu à proposta de materiais didático-pedagógicos restritos a livros de projetos: a) projetos integradores, diluindo a fronteira entre as disciplinas com falsa perspectiva interdisciplinar, contexto no qual as áreas do conhecimento (BNCC/REM) substituí as disciplinas específicas; b) projetos de vida, onde o ensino fica restrito ao âmbito das competências da BNCC. Conforme se estrutura, as estratégias educacionais ganham relevância vital na difusão dos conteúdos aligeirados, habilidades e valores voltados aos interesses prático-imediatos, isto é, associados ao modelo de sociabilidade do mercado e da flexibilização do trabalho. Visa-se estimular a preparação psicofísica de adaptação acrítica às instabilidades do mercado de trabalho atual. As fases seguintes: objeto 2: obras por área do conhecimento em substituição às disciplinas básicas; objeto 3: obras de formação para professores que se adequem ao programa proposto; objeto 4: recursos digitais; objeto 5: obras literárias. Nada disso é novo. Já são bastante conhecidas as críticas orientadas à base conceitual que fundamenta a noção epistemológica das contrarreformas educacionais (como as elaborações em torno do pensamento complexo de Edgar Morin e das competências de Philippe Perrenoud). A matriz proposta baseia-se em orientações dos organismos multilaterais, vale dizer.

17 O PNLD corresponde, segundo o governo, a “uma etapa para o alinhamento dos materiais didáticos que deverão apoiar os professores no trabalho com os novos currículos”. Que não deixemos lugar a enganos. O PNLD não se trata apenas da escolha de livros e materiais didáticos. Conforme entendemos, o PNLD 2021 representa uma política educacional estruturante em um contexto de desmonte da educação pública e democrática, orientando o preparo de materiais didáticos e do currículo escolar alinhados à BNCC e à Reforma do Ensino Médio, as quais combatemos. Entendemos que a escolha do material didático não pode ser uma consulta burocrática de preenchimento ao questionário digital, mas fruto de amplo debate e reflexão pedagógica. Faz-se necessária a exigência de uma nova condução desse processo em consonância com o diálogo democrático com nossas comunidades escolares e não mediante imposição decorrida da adaptação do Ensino Médio à BNCC, que precariza e privatiza a educação pública.

18 Qualquer política educacional que pretenda obter êxito, em perspectiva comparativa, necessita de investimento. Contraditoriamente, vivenciamos um cenário de cortes orçamentários, pandemia, EC-95 e avanço do privatismo e obscurantismo reacionário-autoritário. A pergunta que cabe é: há possibilidade de sucesso em uma política educacional no marco de cortes orçamentários? O fato é que o pressuposto para a defesa de uma educação democrática está na deposição

organizada deste governo com traços neofascistas, aglutinando-se a mais ampla participação popular. O desafio está lançado para “impedirmos o suicídio de nossa jovem democracia”. E a saída para a educação, é uma agenda unificada. É certo que em um futuro governo de Frente Ampla aliado a setores da burguesia, estas organizações continuarão a ditar as cartas das políticas educacionais brasileiras. Há que se lembrar do papel que tiveram na consecução de políticas como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano Nacional de Educação, bem como com o FIES, o PROUNI e o PRONATEC. O que queremos ressaltar é a necessidade do SINASEFE estar na vanguarda do combate a esta concepção de escola pública utilitarista e subserviente que tende a não perder espaço.

## **II. LUTA PELA ISONOMIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE DOCENTES E TAES**

19 Compreende-se o SINASEFE enquanto um sindicato representativo de duas categorias distintas (Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT e Técnicos Administrativos em Educação - TAE) e, por isso, é necessário construir um sindicato que efetivamente lute pela isonomia no tratamento institucional para com suas trabalhadoras e trabalhadores, independentemente da carreira ou do cargo que ocupem.

Nos Institutos Federais, infelizmente há uma tendência histórica da redução do trabalho do funcionalismo, especialmente de TAEs à subordinação autoritária e sua desqualificação como mero executoras(es) de tarefas burocráticas, o que torna as trabalhadoras e trabalhadores desta categoria mais vulneráveis a processos de assédio moral e apartados das discussões políticas e da gestão democrática dentro das nossas escolas.

20 Portanto, a tarefa do SINASEFE para com os servidores públicos TAEs ultrapassa assegurar direitos e benefícios da carreira, mas constitui também a defesa das trabalhadoras e trabalhadores TAEs com amplo processo de defesa e de conscientização, em toda Rede Federal de Ensino, do relevante e fundamental papel dos TAEs no cumprimento do papel social da escola pública e de uma educação que vise a formação integral numa instituição de ensino que só efetiva os resultados esperados pelo fundamental exercício de autonomia dos servidores públicos como um todo, o que só é possível se todas e todos forem isonomicamente partícipes ativos dos processos educacionais.

21 O SINASEFE precisa assumir a defesa da ampla participação dos TAES na gestão democrática dos Institutos, da liberdade para atuação no movimento sindical e da defesa contra os

intentos gerencialistas, autoritários e de assédio aos trabalhadores da categoria que vem se aprofundando na Rede Federal de Ensino.

22 O sindicato tem, portanto, um papel fundamental na conscientização dentro das instituições a respeito do significado político dos TAEs, enquanto educadores e promotores de inclusão social, dentro da Rede Federal de Ensino. É elementar a criação e fortalecimento de agendas sindicais que dialoguem com aspectos inerentes a esse segmento, como forma de potencializar o seu papel ativo na defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada.

### **PLANO DE LUTAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA REDE FEDERAL**

1. Construção de uma agenda nacional unificada para a educação em torno de pautas que defendam seu caráter laico, autônomo, público, gratuito, democrático, crítico-transformador e popular;

2. Exigir o fim da política de cortes na Educação, Ciência e Tecnologia, bem como ampliação do orçamento para programas de assistência estudantil, bolsas de pesquisa e de extensão;

3. Em defesa de 10% do PIB como patamar mínimo de investimento para a educação federal, estadual e municipal

4. Construção de um Projeto de Formação Sindical e política para trabalhadoras e trabalhadores da educação, voltado para formação classista, com especial atenção ao papel da relação público-privado e a necessidade do permanente combate ao golpismo e ideologias neofascistas;

5. Construção de um calendário de luta unificado da educação que mobilize a classe trabalhadora para derrotar Bolsonaro, Mourão e as alternativas do golpismo burguês nas urnas e para além delas;

6. Elaborar junto ao calendário de luta um programa que responda às reais necessidades do conjunto dos(as) servidores(as) federais, que tenha como pautas: a defesa dos direitos civis, sociais

e trabalhistas, política de emprego (destacando a população negra e indígena, além de pessoas com deficiência), concurso público e reposição salarial, aposentadoria digna; a favor da liberdade de expressão, defesa intransigente do direito de organização, manifestação e greve.

7. Repudio a qualquer declaração de apoio à tortura, repressão e perseguição política às (aos) trabalhadoras (es);

8. Construir junto ao movimento estudantil estratégias de luta para políticas de acesso e permanência discente, formação integral que contemple a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

9. Elaborar para a agenda de luta propostas de combates à opressão e toda forma de exclusão, garantindo uma formação socialmente referenciada que cumpra os objetivos sociais mais amplos de uma educação inclusiva;

10. Criar fóruns de discussão e ação sindical para fazer avançar politicamente no interior de nossa Rede:

a) A percepção de como os projetos neoliberais pós-golpe ameaçam desmontar o projeto institucional dos Institutos e escolas Federais;

b) a percepção de quais pontos seriam fundamentais para retomar a construção de um projeto inclusivo e emancipatório da Rede nunca completamente implementado e sempre em disputa política;

c) uma educação emancipadora e inclusiva, necessariamente anti-racista, anti-machista, anti-sexista e anti-capacitista;

d) Uma educação politécnica que forme cidadãos trabalhadores para o mundo do trabalho como parte de uma sociedade inclusiva mediada universalmente pela cidadania emancipatória para além de todo e qualquer reducionismo tecnicista;

e) Defesa ativa do Art. 207 da constituição Federal que garante indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas universidades e Institutos Federais;

f) uma formação integral cidadã na rede federal de educação, integrada amplamente com as redes públicas de educação estaduais.

11. Formar uma coligação entre todas as entidades de luta de classe, de forma a unir as centrais sindicais, os locais de trabalho e de estudo, nos bairros da periferia e rurais, as lutas dos sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, movimentos sociais, organizações de jovens e dos diversos setores sociais: MST, MTST, movimento negro, de mulheres, quilombolas, LGBTQIA+, indígenas, ribeirinhos, PCD's para eleger LULA PRESIDENTE como forma de derrotar Bolsonaro e as alternativas burguesas golpistas;

12. Discutir e elaborar políticas de combate à discriminação e violência contra mulheres, lgbtqia+, PCDs, negras e negros e indígenas dentro da rede federal. Combater em conjunto com outros movimentos as opressões na sociedade em geral;

13. Exigir a revogação das contrarreformas trabalhista, administrativas e previdenciárias, assim como da EC 95, programa de proteção do meio ambiente e das nossas florestas e expropriação do agronegócio;

14. Reunir as forças progressistas em prol da construção de uma educação libertária e democrática;

15. Construção de comitês em defesa das escolas públicas que envolvam, comunidade interna e externa, pais e alunos, construindo assim áreas livres de discussão da comunidade sobre financiamento, currículo, homeschooling e o ensino híbrido;

16. Lutar por políticas públicas de inclusão digital, que possibilitem condições iguais de acesso nas oportunidades para todos os novos alunos e servidores, com vale digital e acesso a equipamentos e rede de internet de boa qualidade;

17. Lutar pela reorganização dos espaços virtuais dentro dos IFs e do sindicato com instalação de redes e plataformas que suportam a demanda de uso adequada pelos alunos e servidores;

18. Lutar por um retorno presencial seguro das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos IFES, com garantia de condições de segurança, materiais de proteção e instalações sanitárias adequadas.

19. Criação de fórum de debates sobre carreira, política salarial, o modelo de educação que pretendemos para as nossas Instituições de Ensino e a luta efetiva em torno dessas temáticas (como a racionalização do PCCTAE, acarretando um grande prejuízo aos TAEs que se encontram enquadrados de forma errada no seu plano de carreira);

20. Campanha Salarial pela recomposição dos salários dos/as servidores/as públicos/as federais; reposição salarial para os TAEs por estarem há 5 anos sem reajustes em seus salários; reposição salarial imediata para todas e todos as(os) sevidoras(es) das perdas inflacionárias acumuladas na última década;

21. Fim da terceirização dos SPF, exigimos que todos os terceirizados sejam efetivados, somos contra a aplicação da lei de terceirização, que enfraquece a luta dos servidores públicos;

22. Fazer campanhas pela “redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução de salários”, com banco de dados e com escala móvel das horas trabalhadas;

23. Pela revogação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) , bem como do PNLD que veio na esteira desse desmonte da educação; processos que precarizam a educação básica e abreviam o acesso dos estudantes ao conhecimento e a uma formação integral, assim como ameaçam diretamente a existência do ensino integrado nos IFs e, conseqüentemente, daquilo que é o centro do próprio projeto institucional dos IFs;

24. Que os sindicalizados das escolas militares a recebam orientações baseado nas legislações vigentes sobre o direito de reunião sindical no local de trabalho e depois apresente um parecer para ser apreciado por esta direção e enviado às Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa;

25. Revisão do reenquadramento de servidores(as) aposentados (as) na posição que se encontrava na estrutura física da Carreira quando da sua aposentadoria;

26. Aprovação da PEC/ 555 que retira dos aposentados a obrigação de contribuir com o fator previdenciário;

27. Exigir a revogação imediata da Portaria 983/2020, do Ministério da Educação, que inviabiliza a concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e precariza as condições objetivas de trabalho de docentes EBTT;

28. Exigir a revogação da IN 125/2020 do governo federal, que adota um controle eletrônico de frequência draconiano (registro de ponto 4 vezes ao dia).

29. Contra qualquer tipo de reordenamento/reestruturação dos Institutos Federais sem a efetiva participação da sua comunidade e debates públicos.

---

Assinam esta tese:

**Saulo Daniel Campos de Oliveira - IFBA**

**Joilson Silva Porto - IFAM**

**Flávio dos Santos Barbosa - SINASEFE-CMR-  
EAMPE**

**Michel Torres - IFRJ**

**Fernanda M Furlan - IFAL**

**Gabriel Adolfo Garcia - IFFarroupilha**

**Leonardo Carretta da Silva - CEFET/RJ**

**Jackson Ricardo Marcelino Braz - IFES**

**Paula Francisca da Silva - IFNMG**

**Arivaldo da Silva Souza - IFBA**

**Rita Sidmar Alencar Gil - IFPA**

**Márcio Alves de Oliveira IFSP**

**José de Araujo Pereira - SINTEFPB**

**Marcos Francisco Serafim de Souza - IFPA**

**Carlos David de Carvalho Lobão - IFPB**

**Fabio de Oliveira Dias - IFSul**

**Odemir Vieira -IFSC**

**Hélio de França Gondim - IFPB**  
**Jefferson Oliveira Lima - IFPA**  
**Claudio Enrique Fernández Rodríguez - IFRS**  
**Jeanne Cristina Sampaio Botelho - IFMG**  
**Soraya Cristina Pacheco de Meneses - IFS**  
**Natália Ayres da Silva - IFCE**  
**George Bezerra Pinheiro - IFCE**  
**Maíra Ferreira Martins - IFSP**  
**Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IFBaiano**  
**Derley Menezes Alves - IFS**  
**Ana Cláudia Gouveia de Sousa - IFCE**  
**Leandro Rafael Prado - IFBA**  
**Gilvan Azevedo dos Santos - IFMA**  
**Maria Cleide da Silva Barroso - IFCE**  
**Ana Paula Brasil - IFES**  
**Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE**  
**Luisa Ramos Senna Souza - IFBA**  
**Samantha Macedo Lima- IFCE**  
**Poliana Coste e Colpa - IFSULDEMINAS**  
**Fabiano Rosa de Magalhães - IFNMG**  
**Leandro de Oliveira Cedraz - IFBA**  
**Jean Luís Gomes de Medeiros - IFPB**  
**Maíra Nobre de Castro - IFCE**  
**Iracildes Silva Oliveira - IFS**  
**Rodrigo Ferreira Rodrigues - IFES**  
**Henrique Nascimento da Silva - IFPA**  
**Deivson Luiz Matos da Silva - IFS**  
**Stânio de Sousa Vieira - IFTO**  
**Rogério Alves de Amorim - IFNMG**  
**Sady Salomão da Silva Alves - IFPA**  
**Armando Cezar da Silva Pompermaier - IFAC**  
**Rui Santos Carigé Júnior - IFBA**  
**Thalimar Matias Gonçalves – IFES**  
**Amarildo Mendes Lemos – IFES**  
**Lourdes Rafaella Santos Florencio- IFCE**

**Ana Virgínia de Souza Rocha -IFCE**  
**Suely Corvacho - IFSP**  
**Tânia Regina Barbosa de Sousa - IFS**  
**Glaudertone Andrade de Barcélos - IFES**  
**Felipe Henrique Gonçalves da Silva - IFES**  
**Bergston Luan Santos - IFNMG**  
**Geisa Lourenço Ribeiro - IFES**  
**Raimundo da Conceição de Jesus Fraga -IFBA**  
**John Karley de Sousa Aquino - IFCE**  
**Cristiane Marques Santos -IFPA**  
**Marta de Souza França - IFBA**  
**Jefferson Oliveira Lima - IFPA**  
**Rômulo Alexandre Silva - IFPB**  
**Gustavo Reis San Martin - Instituto Federal**

#### **Farroupilha**

**Luís Antônio de Araújo Costa -IFBA**  
**Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS**  
**Carlos Eduardo Bartel - IFC**  
**João de Lima Cabral - IFAC**  
**Normando Raimundo de Lima Junior -IFBA**  
**Regina Célia Marinho Cavalcante- IFG**  
**Hugo Manso - IFRN**  
**Ana Paula Corti - IFSP**  
**Fillipe Perantoni - IFPB**  
**Klaus Rene Trein Laino - IFTO**  
**Rogério de Souza- IFSP**  
**Jonas Pereira Gomes - IFMA**  
**Márcio Pironel - IFSP**  
**Francisco de Assis Queiroga - IFPB**  
**Pedro Lima Filho - IFPB**  
**Sebastião Saraiva Neto - Instituto Federal**

#### **Farroupilha**

**Jonas Ribeiro de Assis Junior - IFTO**  
**Anelise Alves Monteiro- IFS**  
**Daniel Teixeira Maldonado - IFSP**

**Adriano Carmelo Vitorino Zão - Instituto  
Nacional de Educação de Surdos (INES)**

**Romulo Duarte Paulsen - IFSul**

**Jean Douglas Zeferino Rodrigues - IFSP**

**Renálide de Carvalho Morais Fabrício - IFPB**

**Yara Silvia Freire Rabay - IFPB**

**Yuri Ribeiro Moleiro - IFSP**

**Antonio Jesus Souza Melo Neto -IFPB**

**Danielle Lima Costa- IFMA**

**Antônio Rubens Oliveira Lucas - IFBA**

**Ludimilla Alves Mota - IFTO**

**Silas José de Lima - IFTO**

**Emanoel Igor da Silva Oliveira - IFBA**

**Aurélio W Néspoli - IFSP**

**João Paulo França - IFPB**

**Ana Paula Lopes Siqueira- IFF**

**Maria Rodrigues Oliveira - IFPA**

**Rejane Marinho de Souza - IFTO**

**Francisco de Sales Oliveira Filho - IFPB**

**Guaraci Cardoso Soares, IFPA, ETRB e**

**CIABA**

**Ricardo Rodrigues Alves de Lima - IFSP**

**Cristiano Raykil Pinheiro - IFBA**

**Laurenir Santos Peniche - IFPA**

**Graça Elda Vasconcelos - IFPA**

**Claudenira Cavalcante Melo - IFCE**

**Leonardo Crochik - IFSP**

**Allan Patrick de Lucena Costa - IFPB**

**João Campinho - IFSP**

**Cícero Agostinho Costa - IFCE**

**Jonny Nelson Teixeira - IFSP**

**José Luiz Papa - IFMG**

**Josicleia Vieira de Abreu do Vale - IFCE**

**Clarissa Maciel Cavalcante - IFPA**

**Alessandro Emilio Teruzzi - IFSP**

**Marcos Reis dos Santos - IFBA**

**Jorge Emanuel Luz de Souza - IFBA**

**Alex de Souza Ivo - IFBA**